

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 6A.RF/MG

Estudo Técnico Preliminar 5/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 13031.1057382026-94

2. Dados Fundamentais

Este Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade subsidiar o processo de aquisição de equipamentos de ar-condicionado destinados às unidades da Receita Federal do Brasil localizadas no Estado de Minas Gerais.

Objeto da Contratação:

Aquisição de equipamentos de ar-condicionado destinados ao atendimento das necessidades de climatização das unidades administrativas da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal, conforme especificações técnicas e quantitativos definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do Objeto:

Bens comuns por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme inciso XIII, artigo 6º da Lei nº 14.133/2021. Os bens objeto da presente contratação não estão inseridos no Catálogo Eletrônico de Padronização.

3. Descrição da necessidade

3.1. A demanda abrange tanto a substituição dos equipamentos de climatização existentes quanto a implantação de novos pontos de refrigeração, considerando que os aparelhos atualmente em uso encontram-se em estado de obsolescência, apresentam falhas operacionais recorrentes, elevado consumo de energia e desempenho incompatível com os padrões atuais de eficiência energética. A aquisição de novos equipamentos destina-se a suprir a inexistência de climatização em determinados ambientes, garantindo condições adequadas de conforto térmico, funcionamento das unidades e eficiência energética.

3.2 Em atendimento ao **Art. 3º do Decreto nº 8.540/2015**, passa-se a demonstrar a adequação da presente aquisição ao referido dispositivo legal.

Da Essencialidade do Objeto - A aquisição de aparelhos de ar-condicionado destina-se a garantir condições mínimas de habitabilidade e salubridade nos ambientes de trabalho desta instituição. O funcionamento adequado dos sistemas de climatização é indispensável à preservação da saúde e da integridade física dos servidores e usuários que frequentam as instalações do órgão, em conformidade com as normas de medicina e segurança do trabalho aplicáveis ao serviço público.

Cumpre destacar que a ausência ou o funcionamento precário de equipamentos de climatização compromete diretamente a capacidade operacional do órgão, gerando queda na produtividade, risco à saúde dos servidores e possível descontinuidade na prestação dos serviços públicos afetos à missão institucional desta unidade

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União já se manifestou no sentido de que o que caracteriza a essencialidade de um bem ou serviço é sua aptidão para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua ausência possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Do Relevante Interesse Público - A aquisição objeto do presente processo encontra amparo no interesse público, na medida em que visa assegurar as condições estruturais mínimas para o regular funcionamento do órgão e a continuidade dos serviços prestados à coletividade. A climatização adequada dos ambientes não constitui mero conforto, mas requisito técnico e legal para a manutenção de um ambiente de trabalho saudável, nos termos da Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da ergonomia e das condições ambientais de trabalho.

Ademais, a substituição ou aquisição de equipamentos mais eficientes contribui diretamente para a racionalização do consumo de energia elétrica, alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade e eficiência no gasto público, conforme determina o próprio espírito do Decreto nº 8.540/2015.

Diante do exposto, resta demonstrado que a presente aquisição atende plenamente ao disposto no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, uma vez que seu objeto é essencial para a manutenção das condições de trabalho e da capacidade operacional do órgão, e está plenamente justificada pelo relevante interesse público, traduzido na continuidade, eficiência e regularidade da prestação dos serviços públicos desta instituição.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEPOL	Antônio Augusto Castro Ferreira
CAC/DRF/VAR	Thais Coelho e Silva
SAPOL/DRF/UBL	Fábio Monteiro Marques
DRF/JFA	Giancarlos Da Silva Oliveira

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos gerais:

- Equipamentos novos, de primeiro uso;
- Atendimento às normas técnicas vigentes, especialmente às regulamentações do INMETRO;
- Eficiência energética:
 - a) ENCE - Classe de Eficiência Energética “A” para SPLIT;
 - b) Comprovação de registro no site do Inmetro para o ACJ;
- Garantia mínima de 12 (doze) meses já incluída a garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor;
- Compatibilidade elétrica e estrutural com as instalações das unidades demandantes;
- Utilização de fluidos refrigerantes com menor impacto ambiental, quando aplicável.

5.2. As especificações técnicas detalhadas constam no item 7 deste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

5.3. A vedação à participação de pessoas físicas no presente procedimento licitatório justifica-se pela natureza do objeto a ser contratado, qual seja, o fornecimento de aparelhos de ar-condicionado que demanda não apenas a entrega dos bens, mas também garantias comerciais, suporte técnico especializado e assistência pós-venda. Nos termos do parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021, a restrição à participação de pessoas físicas é admitida quando devidamente motivada, especialmente nos casos em que a execução do objeto exige estrutura empresarial, capacidade técnica operacional contínua ou cumprimento de obrigações típicas de

fornecedores organizados sob forma empresarial. Dessa forma, considerando que o objeto envolve requisitos de garantia, logística de fornecimento, emissão de documentação fiscal compatível e necessidade de assistência técnica autorizada, entende-se que tais condições são mais adequadamente atendidas por pessoas jurídicas, razão pela qual se justifica a não participação de pessoas físicas no certame.

5.4. Considerando que o pagamento do objeto ocorrerá exclusivamente após a pronta entrega dos bens, mitigando os riscos financeiros envolvidos, optou-se na presente contratação pela não exigência de requisitos de qualificação técnica e econômico financeira.

5.5. A justificativa para vedação de participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio nesta contratação está respaldada em posição defendida pelo Tribunal de Contas da União que já se manifestou que a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questão de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, hipótese que definitivamente não se aplica ao objeto da presente contratação.

5.6. Não será exigida garantia da contratação nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a exigência de garantia contratual constitui medida discricionária da Administração, a ser adotada mediante análise de sua necessidade e adequação às características do objeto contratado.

No presente caso, a contratação tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar-condicionado, caracterizada como fornecimento de bens comuns, padronizados e de baixa complexidade, sem a inclusão de serviços continuados ou obrigações de execução prolongada.

Dessa forma, não se mostra necessária a exigência de garantia contratual, considerando que:

- o objeto apresenta baixo risco de inadimplemento, em razão de sua natureza simples e pronta entrega;
- o pagamento poderá ser condicionado ao recebimento definitivo dos bens, mitigando riscos à Administração;
- os equipamentos são acompanhados de garantia do fabricante, apta a resguardar a Administração quanto a eventuais vícios ou defeitos;
- a exigência de garantia poderia restringir a competitividade e elevar custos, sem ganho proporcional em segurança contratual.

Diante do exposto, conclui-se que a não exigência de garantia contratual mostra-se medida adequada e proporcional, compatível com a natureza do objeto e suficiente para resguardar o interesse público, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e competitividade.

5.7. Optou-se pelo modo de disputa **aberto e fechado** na presente contratação. A adoção desse modo de disputa justifica-se por estar prevista na Lei nº 14.133/21 e por favorecer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. O modelo combina uma fase inicial de disputa aberta, que estimula a competitividade e a transparência, com uma fase final de disputa fechada, que incentiva a apresentação das melhores ofertas de forma sigilosa. Essa combinação reduz práticas estratégicas que limitam a redução de preços e contribui para a eficiência, a economicidade e o atendimento ao interesse público.

5.8. O critério de seleção será o de menor preço por item (para aqueles itens licitados individualmente) e/ou de menor preço por grupo (para itens agrupados e licitados conjuntamente). A modelagem foi estabelecida considerando as características técnicas dos equipamentos e a distribuição das unidades demandantes em diferentes localidades do Estado de Minas Gerais. Os itens 1, 2 e 3 permaneceram individualizados em razão de suas especificidades técnicas e quantitativas, enquanto os Grupos 1 e 2 reúnem equipamentos destinados à mesma unidade administrativa, proporcionando maior eficiência logística, simplificação da gestão contratual e melhor controle das garantias e da assistência técnica.

A manutenção dos grupos não restringe a competitividade, uma vez que os equipamentos são amplamente comercializados no mercado nacional e podem ser fornecidos por diversos licitantes. Além disso, o agrupamento foi realizado exclusivamente por localidade, buscando racionalizar a execução contratual e reduzir custos administrativos.

Embora o parcelamento integral em itens isolados pudesse ampliar o número potencial de participantes, tal medida poderia resultar na contratação de múltiplos fornecedores para uma mesma unidade, aumentando a complexidade da fiscalização, da gestão das garantias e do acompanhamento contratual, sem benefício proporcional para a Administração.

Dessa forma, conclui-se que a estrutura adotada representa solução equilibrada entre competitividade, economicidade e eficiência administrativa, justificando a manutenção dos itens e grupos previstos.

5.9. A aquisição caracteriza-se como bem comum, nos termos da legislação aplicável às contratações públicas. Trata-se de equipamento padronizado, amplamente disponível no mercado nacional, cujas características técnicas e de desempenho são objetivamente definidas por meio de normas técnicas e regulamentações oficiais, especialmente aquelas estabelecidas no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), coordenado pelo INMETRO.

Ressalta-se que os aparelhos de ar-condicionado são submetidos a critérios mínimos obrigatórios de eficiência energética, conforme disposto na Lei nº 10.295/2001 e regulamentado pelo Decreto nº 4.059/2001, os quais condicionam sua fabricação, importação e comercialização no País. Dessa forma, os produtos disponíveis no mercado atendem a parâmetros técnicos previamente definidos, permitindo comparação objetiva entre modelos e fabricantes, sem necessidade de soluções customizadas ou desenvolvimento tecnológico específico.

Além disso, a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), fornece informações padronizadas quanto à eficiência energética, capacidade de refrigeração e consumo de energia, reforçando o caráter comum do objeto e viabilizando a seleção com base em critérios objetivos de desempenho e preço.

Diante do exposto, conclui-se que a aquisição de aparelhos de ar-condicionado enquadra-se como bem comum, apto à contratação mediante procedimentos licitatórios voltados à seleção da proposta mais vantajosa, atendendo aos princípios da economicidade, isonomia, eficiência e competitividade.

5.10. A utilização de códigos distintos do CATMAT justifica-se pelas diferenças técnicas e funcionais entre os equipamentos de ar-condicionado a serem adquiridos. A segregação dos itens em códigos próprios assegura a correta caracterização do objeto, a precisão na estimativa de preços e a aderência às boas práticas de planejamento, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

A segregação não importará na utilização de códigos genéricos ou, ainda que importe, o ETP dispõe de mecanismos suficientes para distinguir adequadamente os equipamentos.

5.11. Em relação ao tratamento diferenciado às ME/EPP, a Lei Complementar nº 123/2006 estabelece regime favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, prevendo, dentre outros mecanismos, a realização de licitação exclusiva para itens de até R\$ 80.000,00 (art. 48, I) e a possibilidade de reserva de até 25% do objeto divisível (art. 48, III).

No presente caso, adotar-se-á a exclusividade para ME/EPP, nos itens 01, 03 e Grupo 2 (itens 10 e 11), nos termos do art. 48, I, da referida Lei. Os demais itens, em razão do valor, não estarão sujeitos à exclusividade.

A reserva de cota prevista no inciso III do art. 48 da Lei Complementar 123/2006, não será aplicada visto que a fragmentação do fornecimento por diferentes fabricantes poderia ocasionar:

- despadronização tecnológica;
- aumento da complexidade de manutenção e reposição de peças;
- risco de desempenho térmico não uniforme em ambientes com operação simultânea de equipamentos;
- potencial elevação de custos operacionais e administrativos.

Dessa forma, a divisão do objeto pode comprometer a eficiência do sistema de climatização dos ambientes técnicos, caracterizando hipótese prevista no art. 49, III, da LC nº 123/2006.

5.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, a subcontratação deve ser admitida apenas quando não comprometer a adequada execução do objeto. No presente caso, trata-se de aquisição de aparelhos de ar-condicionado, sem a inclusão de serviços de instalação, caracterizando-se como fornecimento de bens padronizados, de baixa complexidade e amplamente disponíveis no mercado.

Diante dessa natureza, não se mostra necessária nem vantajosa a admissão de subcontratação, tendo em vista que:

- o objeto pode ser integralmente atendido pelo próprio fornecedor, sem necessidade de segmentação de atividades;

- a execução direta favorece maior controle sobre a qualidade e a conformidade dos bens fornecidos;
- a inexistência de subcontratação simplifica a gestão e a fiscalização contratual, assegurando a responsabilização integral do contratado quanto à entrega e à garantia dos equipamentos.

Assim, conclui-se pela vedação à subcontratação, por se tratar de medida adequada para assegurar a eficiência, a simplicidade da gestão contratual e a plena responsabilização do fornecedor, em observância ao interesse público.

5.13. Optou-se na presente contratação por instrumento substitutivo do contrato pelas razões que se seguem.

Nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, o instrumento de contrato é dispensável nas hipóteses em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como nota de empenho, autorização de compra ou ordem de execução, especialmente nas contratações de menor complexidade.

No presente caso, a contratação tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar-condicionado, caracterizada como fornecimento de bens comuns, padronizados, de baixa complexidade e com entrega em parcela única, sem a previsão de obrigações continuadas ou de execução futura.

Diante dessas características, a formalização por meio de instrumento substitutivo ao contrato mostra-se suficiente e adequada, tendo em vista que:

- o objeto não demanda acompanhamento contratual prolongado nem gestão complexa;
- as obrigações das partes são claras, objetivas e de execução imediata;
- o pagamento poderá ser condicionado ao regular recebimento do objeto, mitigando riscos à Administração;
- a adoção de instrumento simplificado atende aos princípios da eficiência, celeridade e economicidade, evitando formalidades excessivas.

Assim, conclui-se que a utilização de instrumento substitutivo ao contrato revela-se medida adequada e proporcional à natureza da contratação, sendo suficiente para formalizar as obrigações entre as partes e resguardar o interesse público, em conformidade com a legislação vigente.

6. Levantamento de Mercado

6.1 Em atendimento ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se ao levantamento de mercado com o objetivo de identificar e analisar as soluções aptas a atender à necessidade de climatização dos ambientes do órgão, considerando-se não apenas a aquisição direta de equipamentos de ar-condicionado, mas também alternativas tecnológicas e operacionais que possam se mostrar adequadas sob os prismas da eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público.

Nesse contexto, foram identificadas as seguintes soluções potencialmente aplicáveis:

6.2 Aquisição de equipamentos de ar-condicionado (expansão direta)

Trata-se de solução amplamente difundida no mercado, consistente na aquisição de equipamentos dos tipos split, cassete ou sistemas VRF (Fluxo de Refrigerante Variável). Apresenta como vantagens a relativa simplicidade de instalação, a ampla oferta de fornecedores e o menor custo inicial em comparação a sistemas mais complexos.

Não obstante, demanda a realização de manutenção preventiva e corretiva periódica, apresenta consumo relevante de energia elétrica e possui vida útil limitada, o que enseja custos futuros com substituição e descarte de equipamentos.

6.3 Sistemas de climatização central (água gelada - chillers)

Solução caracterizada pela adoção de sistema centralizado de climatização, mediante utilização de resfriadores de líquido (chillers) e rede de distribuição de água gelada. Revela-se adequada para edificações de grande porte ou com elevada demanda térmica contínua, proporcionando maior eficiência energética e controle integrado dos ambientes.

Todavia, implica elevado investimento inicial, maior complexidade de projeto e execução, além da necessidade de infraestrutura específica, podendo restringir sua viabilidade em edificações já existentes.

6.4 Sistemas de ventilação mecânica e renovação de ar

Compreende a utilização de ventiladores, exaustores e sistemas de ventilação forçada, visando a melhoria da circulação e da qualidade do ar interno. Apresenta baixo custo de implantação e operação, podendo contribuir para o conforto térmico em condições climáticas favoráveis.

Entretanto, não proporciona controle efetivo de temperatura, razão pela qual sua adoção isolada pode não atender aos requisitos mínimos de conforto térmico exigidos para ambientes de trabalho administrativo.

6.5 Climatizadores evaporativos

Consistem em equipamentos que reduzem a temperatura do ar por meio do processo de evaporação da água, apresentando consumo energético inferior ao dos sistemas convencionais de ar-condicionado e custos reduzidos de aquisição.

Contudo, sua eficiência está diretamente condicionada às variáveis climáticas, notadamente à umidade relativa do ar, o que pode limitar sua aplicabilidade em determinadas regiões, não garantindo, de forma consistente, os níveis de conforto térmico requeridos.

6.6 Soluções passivas de melhoria do desempenho térmico das edificações

Abrange intervenções de natureza construtiva e arquitetônica, tais como:

- aplicação de isolamento térmico em coberturas e fachadas;
- instalação de pelí-culas refletivas em superfícies envidraçadas;
- implantação de dispositivos de sombreamento (brises, marquises, coberturas);
- otimização da ventilação natural.

Tais medidas contribuem para a redução da carga térmica interna e, por conseguinte, para a diminuição da demanda por climatização artificial, alinhando-se a diretrizes de sustentabilidade e eficiência energética.

Não obstante, possuem caráter complementar, não sendo, em regra, suficientes para garantir, de forma isolada, as condições adequadas de conforto térmico.

6.7 Contratação de solução integrada de climatização (climatização como serviço)

Alternativa consistente na contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, operação e manutenção do sistema de climatização, mediante remuneração periódica.

Tal modelo permite a redução do dispêndio inicial de capital e a transferência de parte dos riscos operacionais ao contratado, favorecendo a previsibilidade orçamentária. Por outro lado, implica vinculação contratual de médio ou longo prazo, além da necessidade de adequada estrutura de fiscalização para assegurar o cumprimento das obrigações pactuadas.

6.8 Análise conclusiva

Da análise das alternativas disponíveis, verifica-se que:

- soluções baseadas exclusivamente em ventilação ou climatização evaporativa apresentam limitações técnicas relevantes, notadamente quanto à capacidade de controle térmico;
- sistemas centralizados, embora eficientes, demandam investimentos elevados e adaptações estruturais, podendo não se mostrar viáveis sob o ponto de vista técnico e econômico;
- medidas passivas são recomendáveis como ações complementares, contribuindo para a eficiência energética, mas não substituem sistemas ativos de climatização;
- a contratação de climatização como serviço constitui alternativa viável sob a ótica da gestão de ativos e riscos, devendo sua vantajosidade ser analisada mediante estudo comparativo de custo ao longo do ciclo de vida;

Por todo o exposto, a solução de mercado que melhor se coaduna com a necessidade da SRRF06 é a aquisição de equipamentos de ar-condicionado do tipo expansão direta (Split, ACJ) por se mostrar tecnicamente mais adequada e compatível com a realidade da maioria dos ambientes administrativos.

7. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na aquisição, por meio de licitação, de equipamentos de ar-condicionado, divididos conforme descrito abaixo:

Item 1: Fornecimento de 04 (quatro) unidades de ar-condicionado tipo janela (ACJ) destinados a Delegacia da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal em Uberlândia (DRF-UBL);

Item 2: Fornecimento de 22 (vinte e duas) unidades de ar-condicionado tipo janela (ACJ), destinados a Superintendência da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal - SRRF06;

Item 3: Fornecimento de 09 (nove) unidades de Fancoletes hidrônicos do tipo cassete destinados a Superintendência da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal - SRRF06;

• **GRUPO 1:**

Itens 4 a 9: Fornecimento de 23 (vinte e três) unidades de ar-condicionado tipo split, destinados à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Varginha/MG (DRF-VAR).

• **GRUPO 2:**

Itens 10 e 11: Fornecimento de 04 (quatro) unidades de ar-condicionado tipo split destinados a Delegacia da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal em Juiz de Fora (DRF-JFA);

Essa abordagem garante atendimento específico às necessidades de cada unidade administrativa.

Os requisitos técnicos específicos de cada item constam nas tabelas abaixo.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ITEM 1

Aquisição de Ar-Condicionado de Janela (ACJ): Fornecimento de 04 (quatro) unidades de ar-condicionado tipo janela (ACJ) destinados a Delegacia da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal em Uberlândia (DRF-UBL).

Item	Especificação Mínima
Tipo	Ar-condicionado tipo ACJ (janela)
Capacidade de Refrigeração	12.000 BTU/h
Quantidade	04 unidades
Ciclo	Frio
Fluido Refrigerante	R-410A ou R32

Tensão de Alimentação	220 V
Frequência	60 Hz
Controle de Temperatura	Sim
Direcionamento do Ar	Aletas ajustáveis
Garantia Mínima	12 meses

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO GRUPO 1

ITEM 2 - Fornecimento de 22 (vinte e duas) unidades de ar-condicionado tipo janela (ACJ) destinados a Superintendência da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal em Belo Horizonte - MG - SRRF06.

Item	Especificação Mínima
Tipo	Ar-condicionado tipo ACJ (janela)
Capacidade de Refrigeração	24.000 BTU/h
Quantidade	22 unidades
Ciclo	Frio
Fluido Refrigerante	R-410A ou R32
Tensão de Alimentação	220 V
Frequência	60 Hz
Controle de Temperatura	Sim
Direcionamento do Ar	Aletas ajustáveis
Garantia Mínima	12 meses

ITEM 3 - Fornecimento de 09 (nove) unidades de Fancoletes hidrônicos do tipo cassete destinados a Superintendência da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal - SRRF06.

PARÂMETROS TÉCNICOS	UNIDADE	VALORES
VAZÃO DE AR NOMINAL	m3/h	920 a 2040
CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO	BTU/h	39.000 a 42.000
	TR	3,27 a 3,5
CONSUMO	W	190 a 240
VAZÃO DE ÁGUA	l/s	0,55 a 0,62
PERDA DE CARGA/ÁGUA	Kpa	40 a 50
ALIMENTAÇÃO	V-Ph-Hz	AC 220V / 1Ph / 60Hz
DIMENSÕES (LxAxP)	mm	840 x 840 x 288 ou 840x840x300
PESO LÍQUIDO DA UNIDADE	Kg	25,6 a 35,5
CONEXÃO	mm	3/4"
RUÍDO MÁXIMO EMITIDO	dB(A)	48
QUANTIDADE	um	9

Observação:

V-Ph-Hz - Tensão/Fase/Frequência

LxAxP - Largura/Altura/Profundidade

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO GRUPO 2 e 3

Itens 4 a 9

Aquisição de Ar-Condicionado Tipo Split

Item	Especificação Mínima
Sistema	Expansão Direta, compostos por unidade interna (evaporadora) e unidade externa (condensadora)
Tipo	Split high wall (parede)
Capacidade de Refrigeração e Quantitativo.	a) 12 unidades de 12.000 BTU/h b) 2 unidades de 18.000 BTU/h c) 1 unidade de 22.000 BTU/h d) 2 unidades de 24.000 BTU/h e) 1 unidade de 48.000 BTU/h e) 8 unidades de 36.000 BTU/h f) 1 unidades de 60.000 BTU/h

Ciclo	Frio
Fluido Refrigerante	R32
Tensão de Alimentação	220 V
Frequência	60 Hz
Eficiência Energética	ENCE - Classe de Eficiência Energética "A"
Controle de Temperatura	Sim
Velocidades do Ventilador	Mínimo de 3 velocidades
Direcionamento do Ar	Aletas ajustáveis
Filtro de Ar	Lavável e removível
Nível de Ruído	≤ 65 dB(A) em operação normal
Material do Gabinete	Aço com tratamento anticorrosivo ou material equivalente
Compressor	Scroll para o de 60.000 BTU's Rotativo para demais
Garantia Mínima	12 meses
	Aletas hydrophilic ou com tratamento anticorrosivo

Evaporador	
Condensador	Tubos de cobre e aletas de alumínio com proteção anticorrosiva
Controle Remoto	Com timer, termostato e funções de economia de energia
Funções Adicionais	Sleep, auto restart, timer programável
Inverter	Sim

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. As quantidades a serem adquiridas foram definidas no Documento de Formalização de Demanda (DFD) e constam da tabela abaixo:

	LOCALIDADE	ITEM	QUANTIDADE	TIPO	BTU's/H
	UBL	ITEM 1	4	ACJ	12.000
	SRRF06	ITEM 2	22	ACJ	24.000
	SRRF06	ITEM 3	9	FANCOLETES	42.000
GRUPO 1	VAR	ITEM 4	9	SPLIT	12.000
		ITEM 5	2		18.000
		ITEM 6	1		22.000
		ITEM 7	2		24.000
		ITEM 8	8		36.000
		ITEM 9	1		60.000
GRUPO 2	JFA	ITEM 10	3		12.000
		ITEM 11	1		48.000

8.2. Abreviaturas utilizadas na tabela:

- a) UBL - DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA - MG
- b) SRRF06 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL
- c) VAR - DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA - MG
- d) JFA - DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA - MG

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 309.358,17

R\$ 309.358,17 (Trezentos e nove mil trezentos e cinquenta e oito reais e dezessete centavos).

Base legal utilizada:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso.

O método utilizado para obtenção do preço estimado foi a MEDIANA (Art. 6º, IN 65/2021).

No levantamento estimado do valor da contratação não foram priorizadas pesquisas diretas com fornecedores (inciso IV), em razão da baixa taxa de resposta, do risco de vieses (fornecedores podem inflar preços) e da menor confiabilidade em comparação com contratos efetivamente firmados.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Na presente licitação optou-se pelo parcelamento da solução em função das diferenças técnicas e funcionais, bem como pelas distintas unidades demandantes. Tal divisão amplia a competitividade, permite a participação de fornecedores especializados e assegura maior eficiência na execução contratual.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há, no momento, contratações interdependentes obrigatórias.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação está alinhada ao planejamento institucional da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho, eficiência administrativa e racionalização do consumo energético, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Melhoria do conforto térmico nos ambientes de trabalho;
- Aumento da produtividade e bem-estar dos servidores;
- Redução de custos operacionais com manutenção e consumo de energia;
- Adequação às normas de eficiência energética e sustentabilidade;
- Modernização da infraestrutura predial.

14. Providências a serem Adotadas

- Realização do processo licitatório conforme legislação vigente;
- Verificação prévia das condições elétricas e estruturais dos ambientes;
- Acompanhamento da entrega e aceitação dos equipamentos;

- Capacitação básica dos usuários quanto ao uso adequado dos equipamentos.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Os impactos ambientais são considerados baixos e mitigados pela exigência de equipamentos com alta eficiência energética, ENCE - Classe de Eficiência Energética "A", e uso de fluidos refrigerantes de menor impacto ambiental. A substituição de equipamentos antigos tende a reduzir o consumo de energia elétrica, diminuindo os impactos ambientais.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das informações apresentadas, conclui-se que a contratação é técnica e economicamente viável, atende ao interesse público e está em conformidade com as necessidades das unidades demandantes, bem como com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE FLAVIO GAMARANO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 11:25:03.

NUBIA MIRELA DE ANDRADE MARTINS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 11:15:37.

FERNANDO DUARTE LINHARES MOTA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 11:53:12.

